

APONTAMENTOS BIBLIOGRÁFICOS PARA O ESTUDO DA FAMÍLIA DE ELITE NO BRASIL

MARISA TAYRA TERUYA

Resumo: O artigo consiste em apontar obras e autores relevantes para o estudo da família brasileira, a partir de reflexões em torno das matrizes conceituais e das mudanças de perspectivas teóricas relacionadas ao estudo das famílias de elite.

Palavras-chave: historiografia, família de elite.

Abstract: This paper consists of pointing out works and relevant authors for the study of Brazilian family from reflections over conceptual matrices and changes of theoretical perspectives related to the study of elite families.

Keywords: historiography, elite family.

De ator que se julgava morto ou aposentado pelo regime militar, pela ditadura e pelo mundo moderno e desencantado [...], a família volta à cena social com um extraordinário vigor: seja pelo citado nepotismo [...]; seja, ainda, nas inocentes reportagens onde se mostra como o mesmo 'nome de família' permite garantir um certo talento, uma boa oportunidade e, seguramente, o apoio simpático e generoso de uma excelente crítica.

(Roberto Da Matta)

A historiografia que trata do estudo da família de elite no Brasil está vinculada, grosso modo, a dois momentos teóricos: de hegemonia de um modelo regional, que foi tomado como único para toda a sociedade brasileira, de forma a-histórica,¹ e de questionamento, desmistificação e revisão deste modelo.²

O primeiro, produzido entre os anos trinta a cinquenta do século vinte, – período ‘das grandes sínteses’³ sobre o Brasil –, está vinculado a uma visão da família como patriarcal, rural, extensa e civilizadora, válida para todo o território nacional nos séculos dezenove e anteriores, que se transforma rumo a um modelo nuclear, quando transplantada para um ambiente urbano e moderno, no século vinte.⁴

A partir dos anos setenta e oitenta do século vinte, os estudos sobre a família no Brasil foram impulsionados por dois grandes estímulos. Um deles vinculado ao momento histórico de transformações intensas pelo qual passava a família e a sociedade brasileira, transpondo então alguns questionamentos também para o passado. O segundo estímulo, de natureza teórica, a partir dos anos sessenta, consistiu nos debates em torno da História Social Francesa, e em especial na repercussão da **História Social da Criança e da Família**, de Philippe Ariès, e das técnicas de reconstituição familiar da Demografia Histórica a partir dos estudos de Louis Henry e do Grupo de Cambridge.⁵

A possibilidade de um tratamento demográfico à documentação existente para o Brasil Colonial proporcionou o impulso necessário para a entrada dos historiadores na seara dos estudos da família, que se lançaram à pesquisa de grupos e populações nunca antes trabalhados, buscando conhecer a ‘*multidão dos terceiros*’,⁶ que até então, figurara como mera sombra da família de elite.

Buscou-se recuperar o cotidiano, as crianças, as mulheres pobres, escravas, os arranjos familiares das camadas pobres, enfim, uma série de temas que resultaram em obras metodologicamente refinadas, descortinando um passado colonial vivo e pulsante e uma sociedade multifacetada e diferenciada no tempo e no espaço.

Os pressupostos teóricos nos quais repousavam a poderosa família de elite, patriarcal e proprietária, foram questionados a partir dos resultados dos estudos das outras camadas sociais, e seu papel e sua presença históricos foram redimensionados. Concluiu-se que ela,

a família patriarcal, “de fato existiu e foi muito importante, mas não existiu sozinha, nem comandou do alto da varanda da casa-grande o processo de formação da sociedade brasileira.”⁷

Eni Samara resumiu os resultados deste segundo período ao atentar para a necessária pluralização do termo família e o resguardo das diferenças regionais e de época ao tratarmos da Família Brasileira,⁸ lembrando que

o assunto requer pesquisas mais científicas que revelem as variações no tempo, no espaço e nos respectivos grupos sociais, assim como as persistências das tradições culturais não afetadas em função dessas mudanças.⁹

Matrizes Conceituais

As matrizes conceituais sobre a família brasileira, elaboradas entre as décadas de trinta a cinquenta, giraram em torno das premissas de uma estrutura extensa, rural e patriarcal para o período colonial e século dezanove, que se transmuda para uma estrutura nuclear, urbana e mais democrática e impessoal no século vinte.

Esta abordagem está vinculada à teoria evolucionista de Frederic Le Play, amplamente divulgada no final do século dezanove, sobre a predominância da família-tronco (extensa) para o período pré-industrial, e às teorias do urbanismo e funcionalismo, que dispunham a família rumo a um encolhimento de seus papéis e até mesmo à previsão de seu fim, na era pós-industrial.¹⁰

Para o Brasil, a idéia de uma família de estrutura extensa e padrão patriarcal está particularmente demarcada na obra que se tornou um clássico da Sociologia: **Casa Grande & Senzala**, de Gilberto Freyre.¹¹ Através de uma poderosa fluidez conceitual, esta obra, que trata da descrição de um modelo regional, acabou por ser utilizado na elaboração de um sistema ideológico em torno da família brasileira que eliminava as contradições do nosso processo histórico, marcado pelo escravismo, em nome de uma pretensa harmonia social.

Este grupo extenso patriarcal seria composto pelo núcleo conjugal e sua prole legítima, ao qual se incorporariam parentes, afilhados, agregados, escravos, concubinas e bastardos, todos abrigados sob a

autoridade do patriarca, dono de riquezas, da terra, dos escravos e do mando político na região e protetor e organizador da imensa população que vivia em estado de anomia social.

Oliveira Vianna descreveu esse tipo de família como senhorial, organizada em torno de clãs parentais que substituíam as instituições de ordens administrativa, política e econômica, num sistema caracterizado pela concentração fundiária, escravidão, dispersão populacional e descentralização administrativa.¹²

Os sistemas de parentesco e compadrio eram as formas de reconhecimento e sociabilidade que regiam as relações entre os indivíduos nesta sociedade e eram traçados a partir de uma rígida hierarquia social onde ser filho, parente, compadre, cabra, escravo do senhor proprietário, conferia os limites e possibilidades para cada um. Por outro lado, somente o indivíduo abrigado sob o manto senhorial estaria protegido, pois a prática da justiça era um assunto de família. Nesta sociedade colonial, qualquer indivíduo só teria valor enquanto pertencente a um grupo familiar, e seu status proviria de virtudes coletivas.¹³

A casa-grande do Nordeste açucareiro, mais propriamente os solares do litoral pernambucano, tornou-se o símbolo desse tipo de organização familiar, núcleo doméstico para onde convergia toda a vida econômica, social e política colonial. Esta estrutura se configurou numa espécie de matriz ideológica que acabou por permear todas as esferas da sociedade: da política, através do clientelismo e do populismo; das relações pessoais, de trabalho e de poder, dominadas pelo favor e pela violência. Esta visão da família patriarcal como formadora da nação brasileira foi veiculada por muitos autores, entre os quais, o brasilianista Lynn Smith, ao afirmar que:

No Brasil, a mais importante das instituições foi sempre a grande família, aristocrática e patriarcal. Raramente este grupo social foi suplantado pela Igreja, como nos países latino-americanos, ou pela escola, como foi o caso da comunidade norte-americana. (...) a forma patriarcal de organização social conseguiu expandir-se sem obstáculos, desde os primórdios da colonização no Brasil. Durante séculos, a América Portuguesa permaneceu dominada por milhares de casas grandes.(...)¹⁴

O declínio do domínio familiar se verificaria paralelamente à evolução das relações de produção e fortalecimento do Estado, com o fim do regime escravo e monárquico e com os processos de imigração, urbanização e industrialização, que levariam a família a assumir papel secundário na organização política e econômica da sociedade no século vinte.

Em 1951, Antonio Candido publicou *The Brazilian Family*,¹⁵ onde descreve as transformações ocorridas na família patriarcal do século dezenove, quando transplantada para o ambiente moderno, ou seja, urbano e industrial do Sudeste, no século vinte, apontando as transformações e as permanências da tradicional família patriarcal. A saída da mulher para o mercado de trabalho, a educação, a crescente impessoalidade nas relações sociais, o controle de natalidade, o enfraquecimento dos laços de parentesco e aumento no número de divórcios são as grandes mudanças sociais observadas. Além disso, para Candido, o parentesco, enquanto um sistema de prestígio e retribuição não mais existia, fora do grupo conjugal.

A designação de parente e primo praticamente desapareceu; compadre e padrinho persistem nas zonas rurais, despidos porém de sua importância e reduzidos a uma mera fórmula nominativa, pois os padrinhos raramente funcionam como pais de seus afilhados. Não se presta mais o antigo respeito às tias e aos tios, nem se pede sua bênção, e a hierarquia de relações entre irmãos e irmãs desapareceu quase inteiramente com a diminuição do tamanho da família e o desaparecimento da liderança familiar. Do mesmo modo, desapareceu a hospitalidade como um sistema intra e interfamiliar de solidariedade e troca de serviços. (...)

Finalmente, o desaparecimento das inimizades de sangue e dos conflitos entre famílias é um sinal evidente da desintegração da consciência coletiva de parentesco em favor de uma organização doméstica restrita à estrutura conjugal, adaptada às novas condições sociais e econômicas.¹⁶

A manutenção da estrutura tradicional se daria em função das diferenças regionais, observadas por Ellis Jr. já na década de trinta.

Ele atentava para um Nordeste de estruturas tradicionais, isto é, de manutenção da grande propriedade e de laços servis de relações sociais, e um Sudeste que caminhava rumo a uma sociedade mais igualitária, fruto da modernização que atravessava.¹⁷

De maneira geral, a permanência da família patriarcal extensa ficou vinculada à permanência da estrutura conservadora da propriedade, enquanto o padrão conjugal associou-se a uma estrutura urbana e industrializada.

Representantes da cultura dominante, preocupados com a 'pureza' de sua cor, os autores não se detiveram em observar outras organizações familiares possíveis, negligenciando as experiências de outros grupos sociais. Promoveu-se uma visão totalitária da família patriarcal a partir dos engenhos de açúcar e fazendas de café como um modelo único para todo o território nacional, desconsiderando as longínquas regiões de abastecimento interno e de fronteiras, onde a população existente não contava com a tutela e organização deste tipo de família. A história de municípios e regiões passou a ser contada a partir da história destas famílias dominantes.¹⁸

Ressalte-se que não se trata de uma generalização sobre as posições dos autores da época, mas da discussão de uma versão que se tornou hegemônica e da necessidade de ouvir as vozes dissonantes do período que compunham

uma miríade de teses convergentes e divergentes sobre a formação social e a estrutura da família nas diversas regiões brasileiras. Às vezes encontram-se teses opostas para uma mesma região, derivadas de estudos de fontes semelhantes. É esta perspectiva da diversidade que fica abandonada por uma tradição de referências e de interpretações que se sobrepõem e se reforçam mutuamente, constituindo uma versão monótona do modelo de família patriarcal brasileira.¹⁹

A consagração do modelo patriarcal freyreano teria se processado e naturalizado talvez muito além da própria disposição de Freyre em fazê-lo. Caracterizado como um conjunto de princípios: manutenção da ordem, exercício da autoridade, justiça, governo do lar e provimento dos dependentes por parte do chefe masculino, este modelo seria

inviável na prática, pois em poucos casos o conjunto todo poderia ser aplicado de forma a não gerar conflitos.

Do mesmo modo, questiona-se a compreensão do modelo urbano e nuclear no século vinte como uma decorrência do modelo patriarcal rural anterior. Como pensar uma população rural se transplantando para as cidades, formando o operariado urbano e transformando as estruturas familiares nas quais se assentava?

A dicotomia urbano/ rural, associando-se o urbano à idéia de moderno e o rural à idéia de tradicional, culminou por naturalizar a noção de que ao migrar para a cidade, uma família que era necessariamente patriarcal, se tornaria moderna, ou seja, mais afetiva, individualista, feminista e distanciada dos antigos laços de solidariedade verticais e horizontais.²⁰

Posteriormente, a família brasileira passou a ser analisada sob a ótica dos estudos de comunidade, realizados principalmente por antropólogos e *brasilianistas*, entre as décadas de quarenta a sessenta, que com o suporte de diferentes técnicas, continuaram a analisá-la partindo da base do modelo patriarcal.

Emilio Willems percebeu diferenças familiares de acordo com as classes sociais, justificando a coesão da família de classe dominante em torno da moral patriarcal e da grande propriedade. Ausentes estes dois fatores, explicar-se-ia a instabilidade das famílias das classes mais baixas.²¹

Charles Wagley atentou para os diferentes usos do termo família. Para este, no Brasil, as famílias dominantes se expressavam na parentela, que consistia nos reconhecidamente parentes maternos ou paternos, somados aos parentes do cônjuge, tendo sido a instituição mais importante na construção do Estado. Na parentela, as principais estratégias de poder se amparavam num ancestral comum famoso, na transmissão do sobrenome familiar e na política do compadrio, que servia para reforçar laços de amizade e parentesco, quando se tratava de grupos de mesmo nível social ou assegurar laços de dependência, com grupos de estratos inferiores da sociedade.²²

A retomada decisiva da família como objeto de pesquisa e análise se daria nos anos setenta, apoiada nos resultados de pesquisas baseadas nos métodos da Demografia Histórica. O conjunto das análises

nessa fase focalizaram os aspectos referentes à estrutura da família: nupcialidade, fecundidade e equilíbrio dos sexos, recuperados a partir de uma gama variada de documentos manuscritos e impressos.

Estes questionamentos, juntamente com a constatação da existência de muitas outras organizações familiares coexistindo no mesmo espaço da família patriarcal, levaram ao redimensionamento do modelo, num processo que acabou por firmar a família como uma área específica de estudos históricos, a partir dos anos oitenta.²³

Questionamento e Redimensionamento do Modelo

A Demografia Histórica, definindo a família a partir de sua estrutura de domicílio, evidenciou para muitas regiões francesas, inglesas e outras européias, que o padrão nuclear de família era anterior à industrialização.²⁴

A idéia de que industrialização e urbanização teriam desenraizado os indivíduos de suas redes familiares e levado a um aumento do individualismo, despojando-os de seus hábitos tradicionais, não se sustenta na realidade, pois as análises apuraram que mais do que nunca, o meio urbano e industrial reforçou os laços de parentesco como uma forma eficaz de se arrumar empregos e ao mesmo tempo defender interesses de seus membros e providenciar proteção mútuas.²⁵

No Brasil, as técnicas da Demografia Histórica, cuidadosamente adaptadas às fontes documentais disponíveis, constataram que os brasileiros, em sua maioria, não viveram nas famílias do tipo descritas por Gilberto Freyre; que muitos domicílios eram chefiados por mulheres, tanto nas zonas rurais quanto urbanas e que estes tendiam, em sua maioria, a uma estrutura nuclear. O resultado destas pesquisas foi a constatação de que a vida social no passado não se restringia à casa grande e à senzala, e que existiram franjas do território nacional não vinculados ao trinômio latifúndio/ exportação/ escravidão.²⁶

A família passou a ser observada por novos ângulos, cujas pesquisas resultaram trabalhos que deram espaço às mulheres, ricas e pobres; aos filhos ilegítimos e aos expostos; à família escrava; aos agregados; às questões em torno do casamento e do concubinato; do dote e das heranças, que descortinam uma história repleta de diferenças

e contradições, e resgatam a riqueza de uma vida social intensa para o período colonial.²⁷

Apesar da importância e repercussão em torno da Demografia Histórica, outras abordagens da família também foram consideradas, levando em conta a importância do parentesco no entendimento da família.

Ainda no início da década de setenta, Lutz Berkner afirmava que as relações entre os indivíduos que residem na mesma casa são mais importantes que a co-residência em si. Considerando diferenças nas relações entre os membros do domicílio ao longo do tempo, concluiu pela existência dos '*ciclos de vida familiar*' e reconheceu a família extensa e a família nuclear como estágios da vida familiar (não tipos particulares de domicílio), relativizando os resultados dos censos domiciliares.²⁸

A abordagem dos ciclos de vida se mostrou satisfatória para a compreensão das mudanças nas composições do desenvolvimento da família. Embora reconhecidamente importante, este estudo não avançou de forma mais eficaz no período subsequente, até que, em 1987, foi retomada num artigo por Steven Ruggles, que reafirma a predominância do modelo extenso para os EUA ao longo do século dezenove e início do vinte, reiniciando uma discussão com os teóricos da Demografia Histórica.²⁹

Glen Elder, também na década de setenta, defendeu a teoria do '*life course*' para entender os aspectos dinâmicos das transições individuais dentro e fora dos papéis familiares.³⁰ Esta abordagem direcionou as análises e interpretações dos exames dos estágios da vida familiar para uma análise do tempo individual e familiar nas transições de vida em relação ao tempo histórico.

O ritmo e a definição dos modelos de tempo seriam determinados através dos contextos social e cultural, sendo que no nível familiar, as transições individuais deveriam estar sincronizadas com as transições do grupo.³¹

Para o Brasil, **A Família Prado**, de Darrel Levi, explorou esta abordagem, recuperando os perfis individuais de membros da família Prado, para compor o quadro da família de elite modernizante paulista, do século XIX.³²

O entendimento da família a partir dos laços de parentesco, e a demonstração que estes laços mudam ao longo da vida dos indivíduos – porque os próprios indivíduos também mudam ao longo da vida familiar – foi a grande contribuição destas abordagens.

O parentesco teria atuado entre os membros da família e parentes mais distantes, na organização das migrações rurais para áreas urbanas, por exemplo, facilitando a acomodação de cada indivíduo no novo ambiente, auxiliando na adaptação às novas condições de vida e trabalho. Constatou-se que grande parte dos movimentos migratórios para os centros industriais foi orientada sob a proteção destas redes de parentesco, responsáveis pela retaguarda das idas e vindas individuais e pela transferência de recursos entre os locais de origem e de trabalho.

Assim, ao invés de enfraquecer, como se alegou na teoria funcionalista, o parentesco teria se fortalecido nos grandes centros urbanos, tendo desenvolvido novas funções que só ele era capaz de orientar.

Entre as novas funções, as redes de parentesco em comunidades industriais podiam atuar como mediadoras entre as instituições locais e crises imediatas; manter os laços com a comunidade de origem; promover associações de ajuda mútua, conservando funções tradicionais, no tocante à mediação entre indivíduos e instituições públicas e somando novas funções, em resposta às necessidades do sistema industrial.³³

No caso das famílias de elite, o parentesco foi considerado fundamental na sustentação das redes de poder político e econômico. O matrimônio arranjado entre parentes seria uma garantia para a preservação do grupo e do patrimônio, e um reforço na aliança entre ramos familiares.³⁴ Embora Diana Balmori e Linda Lewin tenham se recusado a utilizar o termo “elite” para designar estas famílias dominantes, Darrel Levi e Lucila Brioschi o utilizaram, porque atendia seus pressupostos teóricos para a análise de um grupo específico.³⁵

Assim, Darrel Levi, ao estudar os Prado, definiu-os como uma família de elite *modernizante*, caracterizada por traços tradicionais e modernos, e cuja atuação foi importante no processo de transformações econômicas, políticas e culturais na cidade de São Paulo, no final do século dezenove, período de transição entre o Império e República.³⁶ Para Lucila Brioschi, família de elite se vincularia a um conjunto de

peças reconhecidas e que se reconhecem como um grupo distinto, com sobrenome notável, posição de destaque e continuidade por várias gerações, em situação de poder econômico, político e prestígio social, associada a relações de parentesco.³⁷

Nestas famílias, o casamento endógamo atuaria como via de preservação parcial das propriedades do acesso de estranhos, de proteção do *status* familiar ou mesmo da cor ou da “pureza” do sangue fidalgo português, apesar de não ter sido uma prática exclusiva da elite.³⁸

Para o final do século dezanove, Linda Lewin demonstrou que no caso das parentelas paraibanas, a tendência para o casamento exógamo se mostrou a melhor forma de selar alianças, pois neste período, a manutenção do poder estava atrelada à abertura e ao engajamento das famílias locais a uma rede política mais extensa. A exogamia assumia maior importância ao permitir um deslocamento na organização das redes políticas para incorporar eixos horizontais de maior alcance, e ilustrou que não era a endogamia o fator que assegurava a identidade da família de elite, mas a propriedade da terra, que cimentava laços de identificação entre os parentes consangüíneos.³⁹

Para os Prado, Darrel Levi também constatou que os laços de família eram mais fracos do que os laços de riqueza, talento, classe e raça, tendo havido uma clara predominância do casamento exógamo sobre o endógamo.⁴⁰

A partir dos anos setenta do século vinte, vários autores passaram ao questionamento teórico e empírico da família patriarcal, abordando-a, ora enquanto representativa de um modelo ideológico elaborado pelos representantes da cultura dominante, ora enquanto uma organização de caráter estrutural, definida a partir do domicílio.

Do ponto de vista teórico, Ângela de Almeida trabalhou com uma noção na qual o patriarcalismo é menos estrutural e mais representativo, considerando que mesmo as pequenas e nucleares famílias poderiam viver nas circunvizinhanças da idéia de um modelo patriarcal.⁴¹

Os pressupostos em torno da autoridade do patriarca e submissão dos dependentes precisariam ser verificados nas formas de convívio entre os integrantes de uma família. A idéia de que a cada um cabia mandar ou obedecer, seguindo uma hierarquia social, não se viabilizava na prática, pois sugere um quadro estático da sociedade e impossibilita

as transformações e negociações ocorridas ao longo do ciclo de vida familiar. Portanto, várias decisões, tomadas no âmbito familiar, devem ser entendidas como estratégias, individuais ou grupais, e não meras vontades do patriarca.⁴²

A mudança do eixo no questionamento da família, deslocando-se da análise do centro do poder para as relações entre seus outros integrantes obrigavam à flexibilização do modelo patriarcal.

Linda Pollock observou as estratégias combinadas entre um grupo de irmãos de família aristocrática inglesa entre o final do século dezessete e início do dezoito, para poderem obter ajuda financeira de seu velho pai viúvo. A partir da correspondência trocada, ela mostra como os irmãos trabalhavam conjuntamente na defesa de seus próprios interesses, alterando princípios do poder patriarcal para atingirem um resultado desejado.⁴³

Assim, se a obediência era uma norma, as escolhas individuais interferiam constantemente no processo familiar, transformando este poder, de acordo com os acontecimentos cotidianos.⁴⁴

Michel Baud afirma que o entendimento das estratégias para a sobrevivência das famílias (trabalhadoras ou de elite), passam por níveis distintos, sendo necessário considerar os objetivos do grupo em si, as suas estratégias particulares perante um contexto econômico e sócio-cultural externo e, principalmente, também considerar os objetivos individuais, os quais nem sempre estão alinhados com os familiares, gerando os conflitos internos. A coletividade familiar não implicaria necessariamente numa deliberação mútua ou uma participação democrática no processo, nem mesmo a ênfase na família como uma entidade coletiva que pode obscurecer os papéis individuais no processo decisório.⁴⁵

Tamara Hareven descreve como as esposas detinham o poder nas áreas diretamente relacionadas às suas atividades – vestuário, escolha do básico e eliminação do supérfluo –, ficando a seu cargo a decisão de mudar as estratégias de sobrevivência de acordo com a época, o que implicava, entre outras coisas, em relacionar-se com a parentela, como mantenedoras dos laços de parentesco ao longo da vida familiar.⁴⁶

Por sua vez, Tilly e Scott discutiram a importância das filhas nos processos decisórios internos. Ao percorrerem o ciclo de vida das

mulheres das classes altas e baixas da sociedade, demonstram que as mulheres cumpriam, sempre, diversos papéis familiares ao longo de suas vidas, adaptando-se a cada ciclo, além de obedecerem à divisão sexual do trabalho imposta dentro da família, mas também orientaram os rumos da família em momentos de crise.⁴⁷

Outro ponto de questionamento da autoridade patriarcal gira em torno do controle dos filhos trabalhadores. Michel Anderson avança a hipótese de que ao enviar um filho para trabalhar fora do lar, o pai utilizava o seu ganho para incrementar a economia doméstica. Por outro lado, esta situação proporcionaria ao filho trabalhador um *status* diferenciado na família, e conseqüentemente, um direito maior à participação nos processos decisórios.⁴⁸

No Brasil, o enfraquecimento da autoridade paterna foi analisado por Ida Lewcowicz, em seu trabalho sobre a família mineira dos séculos XVIII e XIX, afirmando que a saída dos filhos da casa dos pais diminuía a base para um prolongamento da autoridade paterna e da influência sobre os filhos já maduros.⁴⁹ Da mesma forma, a diminuição do poder patriarcal teria sido um dos fatores que teria levado ao declínio e desaparecimento do dote, na sociedade paulista do século XIX, apontado por Muriel Nazzari.⁵⁰

Considerações

Embora seja possível que a maior parte das decisões tenha sido tomadas pelos chefes de família homens dentro do sistema patriarcal, é certo que consultas e barganhas também devem ter ocorrido entre maridos e esposas, entre pais e filhos, entre irmãos e entre mãe e filhos. Tal assertiva desloca as análises para o campo das relações familiares, enquanto *locus* privilegiado para o conhecimento das disposições para agir de indivíduos e de grupos e reabre as possibilidades para os estudos sobre as famílias brasileiras a partir de novas abordagens.

Notas

- ¹ CORREA, Mariza. **História da Antropologia no Brasil (1930-1960)**. São Paulo: Vértice/Ed. Revista dos Tribunais; Campinas: Editora da Universidade de Campinas, 1987, p. 25. Entre estes autores e obras clássicas, que trataram da importância da família na formação da sociedade brasileira: FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal. 27ed. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1987; VIANNA, Oliveira. **Instituições Políticas Brasileiras**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987, 2 vol.
- ² Entre as obras mais recentes de historiadores cujas pesquisas questionaram a supremacia da estrutura patriarcal na sociedade brasileira: DIAS, Maria O. L.S. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995; MARCILIO, Maria L. **A Cidade de São Paulo**. Povoamento e População. 1750-1850. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1973; SAMARA, Eni. **As mulheres, o Poder e a Família**. São Paulo: século XIX. São Paulo: Marco Zero/ Secr. de Estado da Cultura de São Paulo, 1989; SILVA, Maria B.N. **Sistema de Casamento no Brasil Colonial**. São Paulo: T.A. Queiroz/EDUSP, 1984.
- Citem-se também, os trabalhos da Sociologia e Antropologia, entre os quais: CORREA, Mariza. *Repensando a Família Patriarcal Brasileira*. In: ALMEIDA, Maria S. K. e outros. **Colcha de Retalhos**. Estudos sobre a Família no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1982 e FONSECA, Claudia. *A história Social no estudo da Família: Uma Excursão Interdisciplinar*. In: **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais- BIB**. Rio de Janeiro: ANPOCS, n27, 1989, pp.51-73.
- ³ CORREA, Mariza. **História da Antropologia no Brasil (1930-1960)**. São Paulo: Vértice/ Ed. Revista dos Tribunais; Campinas: Editora da Universidade de Campinas, 1987, p.25.
- ⁴ Esta idéia tornou-se clássica, mas é importante ressaltar que está longe de representar uma unanimidade de opiniões entre os autores contemporâneos da época em que foram elaboradas. Ver SOUZA, Candice; BOTELHO, Tarcísio R. Modelos nacionais e regionais de família no pensamento social. Trabalho apresentado no XXIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1999, mimeo.
- ⁵ ARIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. Sobre a Demografia Histórica, ver MARCÍLIO, Maria L. (org.). **Demografia Histórica. Orientações Técnicas e Metodológicas**. São Paulo: Pioneira, 1977; LASLETT, Peter (org.). **Household and Family in the Past Time**. London: Cambridge University Press, 1972.
- ⁶ CORREA, Mariza. *Repensando a Família Patriarcal Brasileira*. In: Almeida, Suely e outros. Op.cit, p.15.
- ⁷ Ibid., p.25.

- ⁸ Ver discussão sobre a historiografia em SAMARA, Eni de M. **A Família Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986 e em SAMARA, Eni M. *Tendências Atuais da História da Família no Brasil*. In: ALMEIDA, Ângela M. de A. (org.) **Pensando a Família no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/ Editora da UFRJ, 1987, pp.25-36.
- ⁹ SAMARA, Eni de M. **A Família Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.25.
- ¹⁰ O predomínio da família-tronco para o período pré-industrial foi amplamente divulgada no final do século dezanove por Frédéric Le Play. Esta família baseava-se no domicílio extenso e mantinha fortes relações de parentesco, que atuavam na manutenção de uma ampla rede de solidariedade. Com a industrialização, houve um conseqüente surto migratório para as cidades, e neste novo cenário, a família teria articulado outras formas de sobrevivência, entre as quais, preferência por uma estrutura nuclear de domicílio. A Teoria do Urbanismo, elaborada pela Escola de Chicago, na década de trinta, apontou as transformações ocorridas no seio do grupo familiar no meio moderno (urbano e industrial). A partir desta base, Talcott Parsons e seu funcionalismo teórico apontariam o encolhimento no tamanho e nas funções da família perante os seus membros e a sociedade, que ficariam reduzidas à esfera afetiva, tornando a família um reduto protetor contra as dificuldades do mundo. Apud CASEY, James. **A História da Família**. São Paulo: Ática, 1992.
- ¹¹ FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal. 27ed. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1987.
- ¹² VIANNA, F. J. de Oliveira. **Instituições Políticas Brasileiras**. 2v., Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo; Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.
- ¹³ PINTO, Luís de A. Costa. **Lutas de Família no Brasil: era colonial**. 2ed., São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1980.
- ¹⁴ SMITH, T. Lynn. **Brasil**. Povo e Instituições. Rio de Janeiro, MEC/ USAID, 1969, pp. 291-311.
- ¹⁵ CANDIDO, Antonio. *The Brazilian Family*. In T. Lynn Smith (ed.). **Brazil. Portrait of a Half Continent**. Nova Iorque: Marchant General, 1951, pp. 291-311.
- ¹⁶ Ibid, p. 308-309.
- ¹⁷ ELLIS Jr., Alfredo. **Os Primeiros Troncos Paulistas e o Cruzamento Euro-Americano**. São Paulo: CEN, 1936.
- ¹⁸ Ver por exemplo, artigo de Cid R. Horta afirmando que a “*a história de Minas é a história de suas grandes famílias*”. HORTA, Cid R. Famílias Governamentais Mineiras. In: **Revista de Estudos Mineiros**. Belo Horizonte: UFMG, 1956, pp.44-91, p.47.
- ¹⁹ SOUZA, Candice; BOTELHO, Tarcísio R. Op. cit., p.17.
- ²⁰ LASCH, Christopher. **Refúgio num mundo sem coração**. A Família: santuário ou instituição sitiada? São Paulo: Paz e Terra, 1991.

- ²¹ Ver BASTIDE, Roger. A Monografia Familiar no Brasil. In **Revista do Arquivo Municipal**. n.78, 1941, pp.5-26. WILLEMS, Emilio. *A estrutura da família patriarcal*. In: **Revista de Sociologia**, v.XVI, n4, out1954, p.237-340; SMITH, T.Lynn. **Brasil. Povo e Instituições**. Aliança para o Progresso. Programa de Publicações Didáticas, USAID, Rio de Janeiro, 1969.

Nestes estudos, o termo *família* foi empregado via de regra para designar tanto o grupo conjugal como o padrão doméstico, família extensa ou parentela e os padrões patriarcais como a referencia de análise e comparação. Ver MEDINA, C.A.; ALMEIDA, Maria L. R. *Bibliografia Crítica sobre a família no Brasil*. In: MEDINA, C. (org.). **Família e mudança**. O familismo numa sociedade arcaica em transformação. Petrópolis: Vozes, Rio de Janeiro: CERIS, 1974.

- ²² WAGLEY, Charles. Family and Education. In: **An Introduction to Brazil**, New York and London: Columbia University Press, 1963, 184-204.

- ²³ SAMARA, Eni de M. **As Mulheres, o Poder e a Família**. São Paulo, Século XIX. São Paulo: Marco Zero/ Secr. de Estado da Cultura de São Paulo, 1989, p.7.

- ²⁴ Ao utilizar dados censitários de várias partes da Europa, Laslett demonstrou que a família extensa (tronco) da tipologia de Le Play era rara na época pré-moderna, e que pelo menos na Inglaterra, nunca foram comuns as unidades domésticas extensas e complexas. Segundo a tipologia de Le Play (Frédéric Le Play, 1806-1882, reformador social francês), a estrutura familiar havia percorrido um percurso histórico (linear) que partia de uma organização patriarcal, evoluindo para a família-tronco (stem family). Com o impacto da industrialização e urbanização, principalmente no século dezenove, a família teria perdido seus vínculos com a linhagem familiar, abandonado a autoridade patriarcal, sofrido um processo de divisão de poderes e propriedades, que teriam levado a família e a Nação à decadência moral e à instabilidade social. Desta forma, se explicava a 'crise social' do século, onde a miséria não era mais a pobreza, que sempre existira, mas o desamparo dos pobres, que haviam perdido os antigos laços de apoio familiares e comunitários. Sua proposta para o saneamento desta crise passava pelo resgate da família-tronco para toda a sociedade. LASLETT, Peter. *Introduction. The History of the Family*. In: LASLETT, Peter (org.). **Household and Family in the Past Time**. London: Cambridge University Press, 1972, pp.1-46; CASEY, James. Op. cit.

- ²⁵ Tilly e Scott descrevem como as jovens filhas trabalhadoras continuavam a manter forte continuidade financeira e afetiva com sua família de origem, mesmo aquelas que haviam migrado para outras regiões em busca de emprego. O trabalho consiste numa análise do impacto da industrialização sobre o trabalho feminino na Inglaterra e na França entre 1700 e 1950, e narra como muitos pais acompanhavam a trajetória de suas filhas, procurando protegê-las e encaminhá-las no mundo exterior, sendo que a rede de parentesco também era acionada para colaborar, e possuía importância fundamental nas indicações de emprego e nos arranjos matrimoniais para todas as classes sociais. TILLY, Louise; SCOTT, Joan. **Women, Work and Family**. New York, Rinehart and Winston, 1978.

- ²⁶ CORREA, Mariza. Repensando a Família Patriarcal Brasileira. In: ALMEIDA, Suely *et al.* Op. cit., p.25.
- ²⁷ No Brasil, citem-se os trabalhos de Maria Odila Silva Dias, Eni Samara e Elizabeth Kuznesof, que chamaram a atenção para as mulheres chefes-de-domicílio ao longo do período colonial, em todos os estratos sociais, recuperando a presença das mulheres que viviam nas fimbrias do sistema e sua luta pela sobrevivência na cidade de São Paulo, e também, para as mulheres das classes mais altas, a rebeldia e a insubmissão freqüentes para com pais e maridos. DIAS, Maria O. L. **S. Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Marco Zero/ Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989; SAMARA, Eni de M. **As Mulheres, o Poder e a Família**. São Paulo, Século XIX. São Paulo, Editora Marco Zero/ Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989; SAMARA, Eni (org.). *Família e Gênero no Brasil: Reflexões Acerca da Loucura, Casamento e Adultério*, n13, São Paulo: CEDHAL/USP, 1977; KUZNESOF, Elizabeth. *Headed Household in Brazilian Modernization*. In **Journal of Social History**, 13:4 (1980), pp.589-613 e *A Família na Sociedade Brasileira: Parentesco, Clientelismo e Estrutura Social (São Paulo: 1700- 1980)*. In **Rev. Bras. de História**, v9, n17, São Paulo: ANPUH/ Marco Zero, set 88/ fev 89., pp. 37-64.
- ²⁸ BERKNER, Lutz. The Stem Family and the Developmental Cycle of the Peasant Household: an Eighteenth- Century Austrian Example. In: **American Historical Review**. 77 (april1972), pp. 398-418.
- ²⁹ Para Ruggles, a co-residência, ou seja, o entendimento da família a partir da estrutura de domicílio, deve ser considerada um indicador consistente de avaliação, mas que pequenas diferenças nos pressupostos provocam largas diferenças na leitura dos resultados, e que podem ser agravados pela ausência de informações históricas suficientes para testar os modelos de trabalho. RUGGLES, Steven. *The transformation of American Family Structure*. In **American Historical Review**. Feb.1994, pp.103-128.
- ³⁰ Apud HAREVEN, Tamara. *The History of the Family and the complexity of Social Change*. In: **The American Historical Reviess**. V.96:1, feb.1991, pp.95-124, p.107.
- ³¹ Esta abordagem se aproxima de outra, conhecida como psico-história, que considera a teoria freudiana e fatores culturais no processo de formação das crianças e permite a mescla e transferência de biografias individuais para uma esfera social mais ampla.
- ³² LEVI, Darrel. **A Família Prado**. São Paulo: Cultura 70, 1977.
- ³³ Michael Anderson afirma que tal modelo de recrutamento familiar persistiu nas indústrias têxteis pelo menos até a metade do século dezenove, acentuando a sobrevivência dos laços de parentesco e a continuidade do papel vital do parentesco no processo migratório e na adaptação à vida industrial. ANDERSON, Michel. **Elementos Para a História da Família Ocidental, 1500-1914**. Lisboa: Editorial Quercó, 1984, p.114.

Assim, a família teria atuado como guardiã das tradições e também como agente de mudança, provendo seus membros de senso de continuidade, que deveria servir como um refúgio ante às dificuldades das condições industriais, através da seleção e adaptação aos novos padrões de vida.

³⁴ Ver QUREIROZ, Maria I.P. *O Coronelismo Numa Interpretação Sociológica*. In FAUSTO, Bóris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**, 4ed., tomo III, v.1, São Paulo: DIFEL, 1985, pp. 153-190; LEVI, Darrel. *op.cit.*; SILVA, Maria B.N. **Sistema de Casamento no Brasil Colonial**. São Paulo: T.A. Queiroz/ Edusp, 1984; BRIOSCHI, Lucila. **Família e Genealogia**. Quatro Gerações de Uma Grande Família do Sudeste Brasileiro. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, São Paulo, 1984, mimeo; LEWIN, Linda. *Some Historical Implications of Kinship Organization for Family- Based Politics in the Brazilian Northeast*. In **Comparative Studies in Society and History**, vol21 (1979), pp. 262-292; BACCELAR, Carlos de A.P. **Os Senhores da Terra: Família e Sistema Sucessório Entre os Senhores de Engenho do Oeste Paulista, 1765-1855**. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997. Diante da série de motivos familiares é que podemos avaliar a gravidade das fugas e raptos freqüentes ocorridos até o século vinte, quando a desobediência filial pode ter significado a quebra de compromissos entre grupos e de interesses que passavam ao largo da idéia do amor romântico.

³⁵ BALMORI, Diana. *Introduccion*. In BALMORI, Diana; VOSS, Stuart; WOORTMAN, Miles. **Las Alianzas de familias y la formación del pais en America Latina**. Fondo de Cultura Economica, México, 1990, pp.17-19. Linda Lewin também recusou o termo elite, lembrando que no terreno político, não se pode falar de famílias de elite, mas em redes de base familiar, trazendo para o primeiro plano a família extensa ou parentela. A parentela definida pela autora abrangia as interligações de parentesco e de amizade entre várias famílias a partir de interesses comuns, formando uma rede política de base familiar. LEWIN, Linda. *Op. cit*, pp.115-119.

³⁶ BRIOSCHI, Lucila. *Op. cit.*

³⁷ BRIOSCHI, Lucila. *Op. cit.*

³⁸ A taxa de endogamia também é alta entre os pequenos sítiantes como apontam FUKUI, Lia. **Sertão e Bairro Rural**. Parentesco e Família entre Sítiantes Tradicionais. São Paulo: Ática, 1979 e WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, Parentes e Compadres**. Colonos do Sul e Sítiantes do Nordeste. São Paulo: Hucitec; Brasília: Ed. UnB, 1995.

A endogamia na constituição de famílias de elite foi observada por vários autores, entre os quais, Tanya Brandão, que estudou a formação da elite colonial piauiense, Carlos Baccellar, ao reconstituir gerações de proprietários de terras no oeste paulista e Marisa T. Teruya, que analisou os casamentos da Família Maia, da Paraíba, enquanto estratégicos na manutenção do poder político local. BRANDÃO, Tanya.

Op. cit.; BACCELLAR, Carlos. Op. cit.; TERUYA, Marisa T. Família e Poder na Paraíba. Os Maia de Catolé do Rocha/PB. Um Estudo de Caso Sobre Práticas Endogâmicas. Dissertação de Mestrado apresentada ao Depto de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1995.

³⁹ LEWIN, Linda. Op. cit.

⁴⁰ A experiência dos Prado também gerou um paradoxo, que foi o de que, ao mesmo tempo que contribuíram com as mudanças sociais, as forças por eles encorajadas – capitalismo, liberalismo, individualismo, ceticismo – tenderam a desarticular a identidade da solidariedade familiar. LEVI, Darrel. Op. cit., pp. 75, 104-5, 316-7.

⁴¹ ALMEIDA, Ângela. *Notas Sobre a Família no Brasil*. In: ALMEIDA, Ângela (org.). Op. cit., pp. 53-66.

⁴² Para Michael Anderson, estas estratégias seriam calculadas em função das oportunidades e necessidades de determinado momento do ciclo familiar, como por exemplo, quando comprar uma casa, investir na educação dos filhos, controlar ou facilitar seus casamentos, aposentar-se, etc., modificando planos e estratégias de acordo com essas possibilidades. ANDERSON, Michael. **Elementos Para a História da Família Ocidental, 1500-1914**. Lisboa: Editorial Quercó, 1984.

⁴³ POLLOCK, Linda. *Rethinking Patriarchy and Family*. In **Journal of Family History**, v23, n1, jan.1998, pp. 3-27.

⁴⁴ Em relação ao casamento, poderíamos pensar se as quedas nas taxas de endogamia entre os séculos dezenove e vinte não teriam a ver com a recusa dos filhos aos projetos dos mais velhos, decorrente do surgimento de novas oportunidades de ocupação para os filhos da elite nacional e conseqüentemente, maior autonomia por parte dos homens em escolher suas noivas.

⁴⁵ BAUD, Michel. *Patriarchy and Changing Family Strategies. Class and Gender in the Dominican Republic*. Mimeo, sd. Desta forma, dentro do sistema patriarcal do século XIX, os maridos detinham oficialmente a hegemonia nas decisões pertinentes à migração e ao trabalho de seus membros, mas estas decisões devem ter sido tomadas em conjunto, o que faz emergir a figura das mulheres, para o entendimento do funcionamento da família.

⁴⁶ HAREVEN, Tamara. *The History of the Family and the Complexity of Social Change*. In **The American Historical Review**. V.96, n1, feb.1991, pp. 95-124, p.118.

⁴⁷ TILLY, Louise; SCOTT, Joan. Op. cit.

⁴⁸ Apud HAREVEN, Tamara. Op. cit., p.114.

⁴⁹ O enfraquecimento da autoridade paterna foi analisado por Ida Lewkowicz em seu trabalho sobre a família mineira dos séculos XVIII e XIX. Segundo a autora, a saída dos filhos da casa dos pais diminuía a base para um prolongamento da

autoridade paterna e da influência sobre os filhos já maduros. Por outro lado, este enfraquecimento da autoridade paterna não significava isolamento da família no seu domicílio, pois construía-se uma rede de solidariedade envolvendo parentes, amigos e vizinhos. Ver LEWCOWICZ, Ida. **Vida em Família: Caminhos da Igualdade em Minas Gerais** (séculos XVIII e XIX). Tese de Doutorado, FFLCH-USP, São Paulo, 1992, mimeo, pp. 320-322.

⁵⁰ NAZZARI, Muriel. *Dotes paulistas: Composição e Transformações (1600-1870)*. In: **Revista Brasileira de História**. v.9, n17, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, set88/fev89, pp.87-100 e da mesma autora, **Disappearance of the Dowry**. Women, Families and Social Change in São Paulo, Brazil (1600-1900). Standford: Standford University Press, 1991. Sobre o tema ver também SILVA, Maria B.N.da. Op. cit.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Michel. **Elementos Para a História da Família Ocidental, 1500-1914**. Lisboa: Editorial Quercó, 1984, p.114.

ARIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BACCELAR, Carlos de A.P. **Os Senhores da Terra: Família e Sistema Sucessório Entre os Senhores de Engenho do Oeste Paulista, 1765-1855**. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997.

BALMORI, Diana; VOSS, Stuart; WORTMAN, Miles. **Las Alianzas de familias y la formación del país en America Latina**. Fondo de Cultura Economica, México, 1990, pp.17-19.

BASTIDE, Roger. A Monografia Familiar no Brasil. In **Revista do Arquivo Municipal**. n.78, 1941, pp.5-26.

BAUD, Michel. *Patriarchy and Changing Family Strategies. Class and Gender in the Dominican Republic*. Mimeo, sd.

BERKNER, Lutz. The Stem Family and the Developmental Cycle of the Peasant Household: an Eighteenth- Century Austrian Example. In: **American Historical Review**. 77 (april1972), pp. 398-418.

BRANDÃO, Tanya M. P. **A Elite Colonial Piauiense. Família e Poder**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

BRIOSCHI, Lucila. **Família e Genealogia**. Quatro Gerações de Uma Grande Família do Sudeste Brasileiro. Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, São Paulo, 1984, mimeo.

CANDIDO, Antonio. *The Brazilian Family*. In T. Lynn Smith (ed.). **Brazil. Portrait of a Half Continent**. Nova Iorque: Marchant General, 1951, pp. 291-311.

CASEY, James. **A História da Família**. São Paulo: Ática, 1992.

CORREA, Mariza. *Repensando a Família Patriarcal Brasileira*. In: Almeida, Suely e outros. **Op.cit**, p.15.

CORREA, Mariza. **História da Antropologia no Brasil (1930-1960)**. São Paulo: Vértice/Ed. Revista dos Tribunais; Campinas: Editora da Universidade de Campinas, 1987.

Da MATTA, Roberto. *A família como valor. Considerações não familiares sobre a família à brasileira*. In: ALMEIDA, Ângela (org.). **Pensando a Família no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/ Ed. UFRJ, 1987, pp.115-136.

DIAS, Maria O. L. S. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Marco Zero/ Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.

ELLIS Jr., Alfredo. **Os Primeiros Troncos Paulistas e o Cruzamento Euro-Americano**. São Paulo: CEN, 1936.

FONSECA, Claudia. *A História Social no estudo da Família: Uma Excursão Interdisciplinar*. In: **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais- BIB**. Rio de Janeiro: ANPOCS, n27, 1989, pp.51-73.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal. 27ed. Rio de Janeiro: José Olympio Ed., 1987.

FUKUI, Lia. **Sertão e Bairro Rural**. Parentesco e Família entre Sitiantes Tradicionais. São Paulo: Ática, 1979

HAREVEN, Tamara. *The History of the Family and the Complexity of Social Change*. In **The American Historical Review**. V.96, n1, feb.1991, pp. 95-124.

HORTA, Cid R. Famílias Governamentais Mineiras. In: **Revista de Estudos Mineiros**. Belo Horizonte: UFMG, 1956, pp.44-91, p.47.

KUZNESOF, Elizabeth. *A Família na Sociedade Brasileira: Parentesco, Clientelismo e Estrutura Social (São Paulo: 1700- 1980)*. In **Rev. Bras. de**

História, v9, n17, São Paulo: ANPUH/ Marco Zero, set 88/ fev 89., pp. 37-64.

KUZNESOF, Elizabeth. *Headed Household in Brazilian Modernization*. In **Journal of Social History**, 13:4 (1980), pp.589-613 e

LASCH, Christopher. **Refúgio num mundo sem coração**. A Família: santuário ou instituição sitiada? São Paulo: Paz e Terra, 1991.

LASLETT, Peter (org.). **Household and Family in the Past Time**. London: Cambridge University Press, 1972.

LEVI, Darrel. **A Família Prado**. São Paulo: Cultura 70, 1977.

LEWCOWICZ, Ida. **Vida em Família**: Caminhos da Igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX). Tese de Doutorado, FFLCH-USP, São Paulo, 1992, mimeo, pp. 320-322.

LEWIN, Linda. *Some Historical Implications of Kinship Organization for Family- Based Politics in the Brazilian Northeast*. In **Comparative Studies in Society and History**, vol21 (1979), pp. 262-292.

MARCÍLIO, Maria L. (org.). **Demografia Histórica. Orientações Técnicas e Metodológicas**. São Paulo: Pioneira, 1977.

MARCILIO, Maria L. **A Cidade de São Paulo**. Povoamento e População. 1750-1850. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1973.

MEDINA, C.A.; ALMEIDA, Maria L. R. *Bibliografia Crítica sobre a família no Brasil*. In: MEDINA, C. (org.). **Família e mudança**. O familismo numa sociedade arcaica em transformação. Petrópolis: Vozes, Rio de Janeiro: CERIS, 1974.

NAZZARI, Muriel. **Disappearance of the Dowry**. Women, Families and Social Change in São Paulo, Brazil (1600-1900). Standford: Standford University Press, 1991.

NAZZARI, Muriel. *Dotes paulistas: Composição e Transformações (1600-1870)*. In: **Revista Brasileira de História**. v.9, n17, São Paulo: ANPUH/ Marco Zero, set88/fev89, pp.87-100

PINTO, Luís de A. Costa. **Lutas de Família no Brasil**: era colonial. 2ed., São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1980.

POLLOCK, Linda. *Rethinking Patriarchy and Family*. In **Journal of Family History**, v23, n1, jan.1998, pp. 3-27.

- QUEIROZ, Maria I.P. *O Coronelismo Numa Interpretação Sociológica*. In Bóris Fausto (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**, 4ed., tomo III, v.1, São Paulo: DIFEL, 1985, pp. 153-190;
- RUGGLES, Steven. *The transformation of American Family Structure*. In **American Historical Review**. Feb.1994, pp.103-128.
- SAMARA, Eni de M (org.). *Família e Gênero no Brasil: Reflexões Acerca da Loucura, Casamento e Adulterio*, n13, São Paulo: CEDHAL/USP, 1977.
- SAMARA, Eni de M. **As Mulheres, o Poder e a Família**. São Paulo, Século XIX. São Paulo: Marco Zero/ Secr. de Estado da Cultura de São Paulo, 1989.
- SAMARA, Eni de M. **A Família Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SAMARA, Eni M. *Tendências Atuais da História da Família no Brasil*. In: ALMEIDA, Ângela M. de A. (org.) **Pensando a Família no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/ Editora da UFRJ, 1987, pp.25-36.
- SILVA, Maria B.N. **Sistema de Casamento no Brasil Colonial**. São Paulo: T.A. Queiroz/EDUSP, 1984.
- SMITH, T. Lynn. **Brasil**. Povo e Instituições. Rio de Janeiro, MEC/ USAID, 1969.
- SOUZA, Candice; BOTELHO, Tarcísio R. *Modelos nacionais e regionais de família no pensamento social*. Trabalho apresentado no XXIII Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1999, mimeo.
- TERUYA, Marisa T. *Família e Poder na Paraíba. Os Maia de Catolé do Rocha/PB. Um Estudo de Caso Sobre Práticas Endogâmicas*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Depto de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba, Joao Pessoa, 1995.
- TILLY, Louise; SCOTT, Joan. **Women, Work and Family**. New York, Rinehart and Winston, 1978.
- VIANNA, Oliveira. **Instituições Políticas Brasileiras**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987, 2 vol.
- VIANNA, F. J. de Oliveira. **Instituições Políticas Brasileiras**. 2v., Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo; Rio de Janeiro: José Olympio, 1955.
- WAGLEY, Charles. *Family and Education*. In: **An Introduction to Brazil**, New York and London: Columbia University Press, 1963, 184-204.

WILLEMS, Emilio. *A estrutura da família patriarcal*. In: **Revista de Sociologia**, v.XVI, n4, out1954, p.237-340.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, Parentes e Compadres**. Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste. São Paulo: Hucitec; Brasília: EdUnB, 1995.